TSE descarta fake news e Kassio convoca campanhas

Flávio encaminhará novo relatório sobre "Exército do Lula", após área técnica da Corte Eleitoral não identificar notícias falsas no canal. O presidente do tribunal se reúne hoje com as equipes dos candidatos, em meio a uma disparada de ações judiciais no 2º turno

» LUÍZA ALTOÉ

Leobark Rodrigues/Secom/TSE

"Atropelo" do ministro Nunes Marques sobre grupo de WhatsApp será levado a uma apreciação "urgente" do plenário virtual da Corte

A menos de duas semanas do segundo turno, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Kassio Nunes Marques, se reúne hoje com representantes da campanha à Presidência de Flávio Bolsonaro (PL) e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A reunião ocorre em meio a uma onda recorde de judicialização das eleições e da disputa de decisões em torno da suspensão ou manutenção do canal no WhatsApp chamado de "Exército do Lula".

O canal reúne mais de 4 milhões de inscritos e foi criado pelo deputado André Janones (Rede-MG) para mobilizar a militância nas redes sociais em torno da reeleição do presidente Lula. A campanha de Flávio acionou o TSE pela suspensão do canal, e o tema foi palco de troca de decisões de ministros ao longo do fim de semana. O ministro Nunes Marques atropelou a decisão inicial do relator, Ricardo Villas Bôas Cueva, e determinou a suspensão do canal. Posteriormente, Cueva manteve o funcionamento do canal e encaminhou o caso para uma apreciação "urgente" do plenário virtual da Corte. O responsável por definir quando o colegiado vai analisar o tema é o próprio Kassio.

Ontem, em uma nova ofensiva, o presidente do TSE voltou a tomar decisões no caso e determinou que a Assessoria de Enfrentamento à Desinformação (AEED) da Corte apurasse a circulação dos conteúdos do canal "com máxima urgência". A área técnica, no entanto, informou não identificado fake news citadas pela campanha do senador no canal. O cenário, somado à derrubada da decisão pelo corregedor-geral, realçou as contestações internas das decisões do presidente do tribunal.

"No período examinado, não se verificou a difusão das afirmações examinadas nos autos", disse a assessoria técnica. A AEED comparou os conteúdos do grupo com aqueles mencionados pelo ministro Kassio Nunes Marques na decisão pela suspensão do canal, proferida ontem e depois revertida pelo relator do caso. O magistrado apontou que o conteúdo ligava Flávio à milícia, à redução de aposentadorias e a notícia falsa da retirada de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil.

» Vídeo fake sobre drogas sai do ar

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinou que o candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL), o senador eleito Carlos Bolsonaro (PL-SC) e o empresário Pablo Marçal retirem do ar uma publicação que associa participantes de um ato pró-Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao consumo de drogas. O ministro Marco Aurélio Bellizze classificou o caso como "grave manipulação por descontextualização". As publicações afirmam que a cena de uma mulher de cabelos vermelhos supostamente consumindo cocaína teria ocorrido durante a Marcha pela Democracia, realizada no domingo, na Avenida Paulista, em São Paulo. Segundo a Coligação Brasil Pronto pra Mais, que representa a candidatura de Lula, a imagem havia sido publicada no dia anterior por um perfil no X e teria sido registrada no Chile.

Imparcialidade

A sequência de acontecimentos também aumentou os questionamentos da campanha petista sobre a imparcialidade do ministro Nunes Marques. Embora tenha assumido a presidência da Corte prometendo atuar com "independência, equilíbrio e prudência", as deliberações mais recentes do magistrado vêm sendo interpretadas como uma tentativa de favorecer a campanha de Flávio Bolsonaro — filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, responsável por sua indicação ao STF em 2020.

Em coletiva, Lula disse que vê a Justiça Eleitoral "extrapolando" em algumas decisões contra sua campanha e que o presidente do TSE "não pode ter lado na política". "Acho que eles estão extrapolando em algumas decisões contra a minha campanha, isso é visível e já foi denunciado. Eu não vou criar só o Exército do Lula, eu vou criar o Exército, a Marinha, a Aeronáutica do Lula no WhatsApp", disse.

Ele defendeu, ainda, que o caso seja tratado com imparcialidade e que, caso a Corte queira decretar a ilegalidade do canal, seja evidenciado que o conteúdo transgrediu a lei. "O que não pode é o presidente da Suprema Corte Eleitoral ter lado na política. O lado dele tem que ser o lado da igualdade de comportamento e de procedimento. Todos têm que ter o mesmo direito diante da Justiça Eleitoral", afirmou o presidente.

O vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) também defendeu isenção no TSE em entrevista concedida à imprensa em Aparecida (SP). "Acho que é importante a Justiça ser isenta, ser guardiã da liberdade, da liberdade de expressão, da liberdade política", disse.

Por outro lado, a campanha de Flávio Bolsonaro manteve críticas ao canal e afirmou que encaminhará ao TSE um novo relatório técnico sobre o conteúdo veiculado nele. "Esclarece que, a despeito disso, procedeu ao espelhamento em tempo real do canal e que já tinha acautelado o material na Secretaria Judiciária do TSE, quando do ajuizamento da AIJE. Esse conteúdo será atualizado e submetido à Presidência do Tribunal Superior Eleitoral", enfatizou.

Isso porque a assessoria técnica não identificou notícias falsas no canal, mas ressalvou que parte das publicações foram excluídas. Além disso, alertou que existem duas postagens no canal que podem ter o mesmo tema que os conteúdos derrubados pela Corte liminarmente, que relacionam Flávio ao ex-banqueiro Daniel Vorcaro e a mudanças na Constituição.

A campanha do senador ainda sustenta que a estratégia do canal era apagar sistematicamente os comandos de Janones para "inviabilizar o controle tanto pela plataforma, como pelo TSE". Além disso, explica que os comandos eram acompanhados de links para outros conteúdos, o que é um "comportamento deliberado de fuga aos mecanismos de controle".

"A própria Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação (AEED) do TSE, em seu relatório, não conseguiu detectar os ilícitos cometidos no canal, justamente porque eles estão nos links, e não nos comandos, e não foi possível acessá-los, dado o apagamento dos dados e histórico e da dependência daquilo que foi conservado pelo provedor", completou.

Master: PT vai ao STF contra Nunes

» ALÍCIA BERNARDES

Os deputados federais Rui Falcão (PT-SP) e Rogério Correia (PT-MG) apresentaram, ontem, uma notícia de fato ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra o ministro Kassio Nunes Marques, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A representação pede a abertura de investigação sobre possíveis crimes relacionados ao Banco Master e ao banqueiro Daniel Vorcaro, além de diligências para esclarecer a atuação do magistrado em julgamentos de interesse da instituição financeira.

O documento aponta suspeitas de corrupção passiva, lavagem de dinheiro, exploração de prestígio, prevaricação e participação em organização criminosa. Entre os fatos mencionados pelos parlamentares estão supostos pagamentos mensais de R$ 500 mil associados ao filho do ministro e contratos advocatícios que poderiam chegar a R$ 427 milhões, envolvendo pessoas próximas. Os deputados também citam uma hospedagem em imóvel de luxo, com custo estimado em R$ 1,45 milhão, e um suposto encontro com uma garota de programa que teria sido pago por Vorcaro.

A representação menciona, ainda, uma viagem em aeronave particular custeada por uma advogada ligada ao banco e um voto considerado decisivo em julgamento de interesse bilionário da instituição, após a retirada de um registro de impedimento. Os parlamentares também questionam a demora na análise de um pedido de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banco Master. Os episódios foram apresentados como elementos que, na avaliação dos autores, justificariam a apuração dos fatos e o esclarecimento de possíveis conflitos de interesse.

Senado

Os deputados governistas argumentam que a situação exige atenção diante da posição ocupada por Nunes Marques no comando do TSE, às vésperas do segundo turno das eleições presidenciais, previsto para 25 de outubro. Para os autores da notícia de fato, a investigação é necessária para esclarecer as suspeitas e resguardar a confiança pública nas instituições do Judiciário e da Justiça Eleitoral.

Além de solicitar a atuação do STF e da Procuradoria-Geral da República (PGR), a representação pede o encaminhamento das informações ao Senado Federal. Segundo os parlamentares, já foi apresentada naquela Casa uma denúncia por suposto crime de responsabilidade contra o ministro. As acusações descritas na peça, no entanto, dependem de apuração e não representam, por si só, comprovação de irregularidades ou responsabilidade criminal de Nunes Marques.

Corte atribui falha a problema técnico

» PEDRO JOSÉ BORGES

A propaganda eleitoral do senador Flávio Bolsonaro (PL), candidato à Presidência da República, foi exibida sem áudio às 13h de ontem, feriado de Nossa Senhora Aparecida. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) atribuiu o problema a uma falha técnica no pool de mídias, responsável pela preparação dos arquivos utilizados na transmissão do horário eleitoral, e afirmou que o arquivo vai ser corrigido.

Segundo o TSE, o problema não se restringiu à propaganda de Flávio. Os arquivos de áudio das duas propagandas de televisão em bloco previstas para o horário, destinadas aos candidatos ao Planalto, não foram carregados durante a etapa de finalização das mídias.

"No momento da finalização das mídias, antes da exibição, não foram carregados os áudios de nenhuma das duas propagandas de televisão em bloco desta segunda-feira (12), às 13h, para o cargo de presidente da República", explicou o tribunal.

A peça de Flávio começava com uma homenagem a Nossa Senhora e contava com a participação do escritor Augusto Cury, que disputou o primeiro turno e declarou apoio ao candidato do PL na segunda etapa da eleição. A abertura apresentava o feriado como uma ocasião para resgatar a fé do povo brasileiro.

Nas redes sociais, Flávio afirmou que o material da propaganda foi checado antes do envio e que sua campanha investiga a causa da falha. Ele comparou a ocorrência com a propaganda do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), seu adversário no segundo turno, e reclamou que o programa do petista, que também abordava Nossa Senhora Aparecida, foi exibido com áudio normal.

"Não existe coincidência. Eles acham que vão calar minha voz? Não adianta, eles não vão conseguir. Compartilhem com o máximo possível de pessoas a nossa propaganda eleitoral, pois a mudança chegou", publicou o candidato.

A Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que participa da distribuição do horário eleitoral gratuito, negou responsabilidade pelo problema. Em nota divulgada, a empresa afirmou que a falha atingiu igualmente todas as emissoras que transmitem a propaganda eleitoral e que a operação de exibição é responsabilidade do pool de emissoras.

Ainda de acordo com a EBC, a transmissão daquele horário estava a cargo de outra empresa integrante do grupo. A divisão das tarefas é organizada pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), conforme as regras previstas na Resolução TSE nº 23.610/2019 e no plano de mídia do segundo turno, estabelecido pela Resolução TSE nº 23.778/2026.

» Circulação de jornal suspensa

O ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Kassio Nunes Marques, proibiu a distribuição do jornal *Petróleo dos Brasileiros*, produzido pelo Sindipetro Unificado, de São Paulo, e apoiado pela Federação Única dos Petroleiros (Fup), informou, ontem, a federação que reúne os petroleiros de todo o país. O pedido foi iniciativa da campanha do candidato do PL à Presidência, Flávio Bolsonaro, que pediu tutela de urgência, disse a Fup. O descumprimento pode resultar em multa diária de R$ 10 mil para o sindicato.